

Jornal dos Criadores

ÓRGÃO INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES - ANO VII - Nº 64 - MAIO/JUNHO 2008

Aftosa: lição aprendida?



Dez Estados brasileiros mais o Distrito Federal obtiveram o reconhecimento da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) como zonas livres de aftosa, com vacinação. Eles tinham esse *status* até o final de 2005, quando foi suspenso em razão dos focos de aftosa surgidos no Mato Grosso do Sul. O presidente da ABC, Luis Alberto Moreira Ferreira (*foto*), alerta que “necessitamos tirar ensinamentos dessa amarga lição”. *Págs. 2 e 4*

Rastreabilidade: Estados também fiscalizarão

O Ministério da Agricultura decidiu que os Estados também serão responsáveis pelas auditorias das propriedades que pretendem exportar carne bovina *in natura* para a União Européia. *Pág. 5*

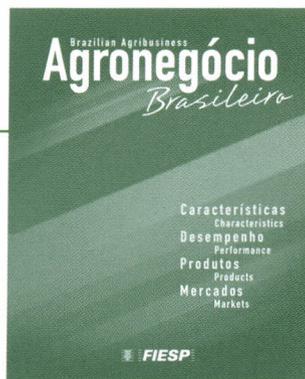


Mercado do boi gordo segue firme

Do início de 2008 até o fechamento desta edição (05/06/08), os preços do boi gordo subiram, em média, cerca de 20%, considerando todas as praças pesquisadas pela Scot Consultoria. *Pág. 8*

Ser o maior produtor de carne não resulta, necessariamente, em maior criação de riqueza e valor.

Pág. 7



“Uma boa oportunidade para o setor leiteiro”, artigo do ex-ministro Roberto Rodrigues.

Pág. 6



Seminário sobre rastreabilidade

Na segunda quinzena de julho a ABC vai realizar um seminário, em São Paulo, para esclarecer e debater questões sobre a rastreabilidade bovina. Marque em sua agenda! Veja, em breve, detalhes da programação do evento no site da ABC: www.abccriadores.com.br

Aftosa: três anos depois.

Foi um longo tempo. Mas, enfim a OIE – Organização Mundial de Saúde Animal deliberou e aceitou, no final do mês de maio, o retorno de dez Estados brasileiros (entre os quais São Paulo) ao *status* de livres de aftosa, com vacinação.

Mas três anos passam depressa, segundo muitos acham e pensam.

O surto de aftosa ocorrido em Eldorado-MS em 2005 causou na época um grande trauma, discussões, desentendimentos, disputas políticas principalmente porque respingou e atingiu também os Estados de São Paulo e do Paraná.

Sem conseguir isolar totalmente os focos e as áreas e identificar responsáveis, políticos agiram de forma irresponsável, o problema cresceu e resultou na interdição dos três Estados (Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná) causando enormes prejuízos para a cadeia produtiva de carne bovina.

Mas três anos é demais, dissemos na ABC. E por quê?

Na mesma época ocorreu um foco de aftosa na Argentina, que agiu sem alarde e sem política e o extirpou, abateu animais contaminados e resolveu indenizações no prazo de uma semana.

Enfim, o tempo passou e o prejuízo enorme ficou para os produtores, com toda certeza.

E hoje? O que aprendemos dessa lição?

Pouca coisa.

As fronteiras do Brasil com Bolívia e Paraguai continuam praticamente como antes, os laboratórios para análises não evoluíram, mas três anos se passaram.

Depressa, devagar, agora já não importa tanto.

Liberados os dez Estados e o Distrito Federal podemos voltar ao *status* anterior, mas precisamos tirar ensinamentos dessa amarga lição.

Toda cadeia produtiva, já quase esquecendo o episódio de três anos atrás, precisa olhar para o presente e futuro e agir para que tal fato não mais aconteça.

Vamos juntos agir, praticar e cumprir prazos de vacinação, denunciar quem não cumpre as regras, cobrar providências dos organismos públicos, mas, sobretudo ter responsabilidade pelo futuro e sucesso de nossa pujante pecuária bovina, certamente a melhor do mundo.

Que sirva a lição. Afinal, três anos foi demais!

Luis Alberto Moreira Ferreira
Presidente da Diretoria Executiva



Venha para a
ABC

CAMPANHA DE NOVOS SÓCIOS
Isenção de taxa de filiação
Ligue para (11) 3832-9369



Associação Brasileira de Criadores

Av. José César de Oliveira, 181 – 11.º andar
Vila Leopoldina
05317-000 São Paulo, SP.
Fone: (11) 3832-9369 Fax: (11) 3831-2731
abc@abccriadores.com.br
www.abccriadores.com.br

A Associação Brasileira de Criadores, fundada em 20 de dezembro de 1926 com o nome de Associação Paulista de Criadores de Bovinos, é reconhecida como entidade de utilidade pública pelo Decreto Estadual n.º 33.811, de 20 de outubro de 1958. Registrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sob n.º 35, como jurisdição nacional.

DIRETORIA

Presidente Luis Alberto Moreira Ferreira
Vices-presidente Ney Soares Piegas, Luiz Francisco Pavan Silveira.
Secretários Eduardo Nunes Gusso, Wanda Pompeu Geribello.
Tesoureiros Francisco Márcio da Costa Carvalho, Paulo Affonseca de Barros Faria Junior.

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente Nelson Luiz Baeta Neves
Vice-presidente Carlos Eduardo Moreira Ferreira
Conselheiros natos Guilherme Monteiro Junqueira, José Cassiano Gomes dos Reis

Junior, Luis Alberto Moreira Ferreira.

Conselheiros efetivos Roberto Rodrigues, Silvío Maria Crespi, Eduardo Dias Roxo Nobre, José Luiz de Paula Eduardo, José Roberto Ferreira Martins, José Ricardo S. Rezende.

Conselheiros suplentes Joaquim de Alcântara Machado D'Oliveira, Isabel Sampaio Moreira Piegas, Greice Mara Martins Gomes Martins da Silva, Luiz Rondon Teixeira de Magalhães, Marcio Pereira Lima, Jair Martineli, José Edgard Pereira Barretto Filho, José Eduardo Monteiro de Barros.

CONSELHO FISCAL

Efetivos Eugênio Salgueiro Gomes, Maria Aparecida Bouchardet, Sérgio Luiz Xavier Porto.
Suplentes César Augusto Canto, Newton Ferreira da Silva.

acadêmica

O Jornal dos Criadores é editado pela **Acadêmica Agência de Comunicação** Rua Engenheiro José Sá Rocha 61, São Paulo, SP. (11) 5081-5237.
Edição José Roberto Ferreira
Reportagem Angela Trabbold
Projeto gráfico e editoração A. C. Prado

Atividades da Diretoria da ABC

07/04/08 – O presidente da ABC, Luis Alberto Moreira Ferreira, participa de almoço, seguido de reunião, na ABIMAQ, para tratar da composição do Conselho da Agrishow 2008.



10/04/08 – O presidente da ABC envia ofício ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Reinhold Stephanes, para informá-lo sobre interesse da ABC em participar do Conselho do Agronegócio (Consagro).



17/04/08 – Luis Alberto Moreira Ferreira envia ofício ao senhor Vilemondes Garcia de Andrade Filho, parabenizando pela posse da nova diretoria da ACNB – Associação de Criadores de Nelore do Brasil.

18/04/08 – Dr. Luis Alberto envia ofício parabenizando o engenheiro agrônomo An-

dré Mastrobuono pela sua posse como novo presidente da Parmalat Brasil.

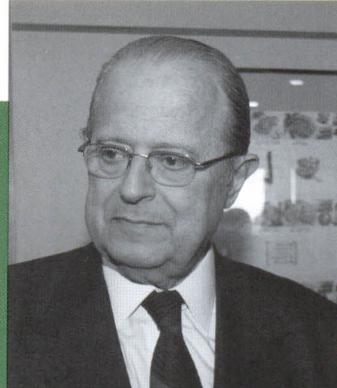
24/04/08 – Reunião do conselho deliberativo da ABC em que foi aprovado o Balanço Geral da entidade, referente ao ano de 2007.

12/05/08 – O engenheiro agrônomo Thiago Beloni, assessor da diretoria da ABC, representa o presidente Luis Alberto Moreira Ferreira no XVI Agroex – Seminário do Agronegócio para Exportação e na reunião do Conselho Superior do Agronegócio, eventos realizados na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

20/05/08 – O presidente envia ofício parabenizando Marcus Vinicius Pratini de Moraes pela sua posse como novo presidente do Grupo JBS – Friboi.

29/05/08 – O assessor da diretoria, Thiago Beloni, representa a ABC na palestra “Exportações de carne bovina e a questão européia”, proferida pelo engenheiro agrícola e jornalista Wilson Tomanik, na Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

29/05/08 – A reunião da Câmara Setorial de Leite e Derivados, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento/SP, contou com a participação do assessor da diretoria da ABC, Thiago Beloni, como representante da entidade.



Carlos Eduardo em mais dois conselhos

O vice-presidente do conselho deliberativo da ABC, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, passou a integrar outros dois importantes colegiados. No dia 27 de maio, ele foi efetivado como conselheiro emérito da Confederação Nacional da Indústria (CNI) por ter exercido, por mais de um ano ininterrupto, a presidência da entidade. “Esta merecida homenagem constitui o nosso reconhecimento pela sua dedicação e competência nas diversas vezes em que atendeu o chamado para exercer a presidência da nossa Confederação”, disse o presidente da CNI, Armando Monteiro Neto.

Um mês antes, em abril, Carlos Eduardo Moreira Ferreira tornou-se membro do conselho consultivo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), gestão 2008-2012. Ele foi convidado pelo presidente do Sistema Faesp-Senar, Fábio de Salles Meirelles.

ABC tem novo assessor

Depois de um processo de seleção que contou com a participação de vários candidatos, a diretoria da ABC escolheu o engenheiro agrônomo Thiago Beloni para o cargo de assessor da entidade. Thiago, natural de São Paulo, é formado pela ESALQ/USP no ano de 2007. Ele tem também cursos na área de informática e inglês e participou de estágios nos setores de Equinocultura e Hidrogeoquímica, em fazenda produtora de grãos e em grupo de marketing. Thiago iniciou suas atividades na ABC no dia 06 de maio.

OIE reconhece dez Estados mais DF

Sobe para 15 o número de Estados controlados com vacinação. Mato Grosso do Sul ficou de fora.

A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) oficializou o reconhecimento de dez Estados e o Distrito Federal como livres de febre aftosa com vacinação. O anúncio, feito durante a 76ª Sessão Geral Plenária da Organização, realizada no final de maio, em Paris, deixou de fora o Mato Grosso do Sul.

A medida contemplou Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe e Tocantins, além do Distrito Federal. Essas unidades retomaram o reconhecimento vigente até 2005, quando foram diagnosticados casos de febre aftosa no Mato Grosso do Sul.

As unidades da federação que já tinham o *status* de livre de aftosa com vacinação eram Rio Grande do Sul, Rondônia e Acre. Santa Catarina continua sendo o único Estado livre da doença sem vacinação.

A não inclusão do Mato Grosso do Sul na lista de reconhecimento frustrou o governo do Estado. O governador André Puccinelli esperava o contrário. Ele chegou a comparecer ao local onde se realizava



O governador Puccinelli quer MS livre com vacinação

a Sessão Geral Plenária da OIE. Mas, segundo o secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Inácio Kroetz, a Comissão Científica para Doenças dos Animais da OIE solicitou informações adicionais sobre o Mato Grosso do Sul. A OIE teria observado a falta de cadastro de propriedades e de animais nas zonas de alta vigilância contra a aftosa. Segundo Kroetz, o conjunto dessas informações será avaliado pela OIE em julho próximo, o que poderá culminar também com o reconhecimento daquele Estado.

O secretário de Agricultura de São Paulo, João Sampaio, também foi à reunião da OIE em Paris e comemorou a retomada do *status* de livre de aftosa com vacinação para o seu Estado. Para João Sampaio a medida deverá promover a reabertura das negociações com os mercados compradores, principalmente União Européia e Chile, os quais embargaram a carne bovina proveniente de São Paulo durante este período de *status* suspenso. “Os prejuízos para o Estado foram enormes; deixamos de exportar mais de US\$ 1,5 bilhão nestes mais de dois anos de impedimento”, reclamou o secretário.

Tampão no Tocantins

O governo do Tocantins quer que o Ministério da Agricultura suspenda a zona tampão que existe no Estado em suas divisas com Maranhão, Piauí e Bahia. A medida será estudada durante encontro de representantes de órgãos de defesa agropecuária daqueles quatro Estados, marcada para a segunda quinzena de junho, em Campos Lindos/TO. Técnicos do Mapa farão análises, dentre outros aspectos, da existência de barreiras geográficas naturais e da situação sanitária vigente entre os Estados envolvidos para definir os caminhos da retirada e seu conseqüente



João Sampaio: SP deixou de exportar US\$ 1,5 bilhão.

reconhecimento internacional.

Zona tampão é uma área estabelecida para proteger o *status* sanitário dos animais da zona livre de uma determinada doença, no caso do Tocantins, contra a febre aftosa. É composta por Barra do Ouro, Goiatins, Campos Lindos, Recursolândia, Lizarda, municípios que fazem divisa com áreas de *status* sanitário inferior ao de Tocantins, como os Estados do Maranhão, Piauí e Bahia.

A área tem 38.195,12 km² de extensão e 2.814 propriedades rurais cadastradas, das quais 2.135 com rebanho. Na última campanha de vacinação contra a febre aftosa, em novembro de 2007, o índice de cobertura vacinal na região foi de 98,88% de um rebanho de 125.040 bovídeos.

O diretor do Departamento de Saúde Animal do Ministério da Agricultura, Jamil Souza, vê com cautela a remoção da zona tampão do Estado, já que o Piauí apresenta risco desconhecido para a febre aftosa, enquanto o Maranhão é classificado como zona de médio risco. “A zona tampão é exatamente para proteger a zona livre, enquanto estes dois Estados não avançarem no *status* sanitário é preciso manter essa proteção”, afirmou Jamil Souza.

Fiscalização descentralizada

Ministério da Agricultura define que Estados também serão responsáveis por auditorias do Sisbov

Os Estados também serão responsáveis pelas auditorias das propriedades que pretendem exportar carne bovina *in natura* para a União Européia (UE). A formalização da medida foi publicada na edição do Diário Oficial da União do dia 2 de maio, por meio da Instrução Normativa nº 24, de 30 de abril de 2008, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Agora, além dos fiscais federais agropecuários do Mapa, médicos veterinários habilitados dos órgãos de defesa agropecuária dos Estados e do Distrito Federal poderão avaliar o sistema de certificação e os procedimentos das certificadoras credenciadas para verificar as conformidades de acordo com as normas do Sisbov, constantes na Instrução Normativa nº 17 de 2006.

No início de abril, cerca de 200 fiscais do Mapa e dos órgãos executores do Serviço de Defesa Agropecuária dos Estados participaram do treinamento para aprimorar o conhecimento das normas do Sisbov. Eles tiveram 24 horas de aulas teóricas e a capacitação prática, com duração de 16 horas, foi realizada em campo, nos seis Estados habilitados a exportar carne para a UE.

Os fiscais, treinados nessa primeira etapa, atuarão como monitores das novas turmas de auditores. O objetivo é capacitar o maior número de fiscais para trabalhar nas auditorias dos Estabelecimentos Rurais Aprovados no Sisbov (Eras) e, com isso, retomar o fluxo de comércio de carnes com a UE. O Mapa está realizando auditoria em todas as certificadoras credenciadas no Sisbov.

Parlamentares europeus

Como parte da bateria de visitas de representantes da Comunidade Européia para conhecer *in loco* a produção bovina brasileira, no final de abril foi a vez de um grupo de depu-

tados europeus vir ao País. Chefiados pelo presidente da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu, Neil Parish, o grupo visitou fazendas de confinamento, engorda, recria e abate, nas cidades goianas de Palmeiras de Goiás e Nazário.

Segundo divulgou a assessoria de imprensa do Ministério da Agricultura, Neil Parish esclareceu que a qualidade da carne bovina brasileira não está sendo colocada em cheque. Disse ainda que, levando em conta o que observou nas visitas, a situação está em conformidade com as exigências da União Européia. “O Brasil é um país muito vasto, com milhões de cabeças de gado, mas confio nas providências do governo brasileiro para resolver, o quanto antes, a situação que provocou o embargo”, afirmou Parish.

A deputada irlandesa Niorad McGuinness, do Partido Popular Europeu, também disse acreditar no compromisso do governo brasileiro. Ela

teria elogiado a postura do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, durante a reunião com os parlamentares em Brasília. “Fiquei feliz com as respostas do ministro. Ele compreende as nossas exigências e parece estar disposto a cooperar”, ressaltou.



Neil Parish: a situação está em conformidade com a UE

Menos volume, mais dinheiro.

A carne bovina brasileira está valendo mais no exterior

Entre janeiro e abril deste ano o Brasil exportou 502,3 mil toneladas, em equivalente carcaça, de carne bovina fresca, resfriada ou congelada. É um volume 25% menor do que foi exportado em 2007, no mesmo período: 668,3 mil toneladas.

Mas se o volume das vendas externas está sendo bem menor neste ano – por conta das restrições

da União Européia –, o preço do produto está batendo recordes. No valor total exportado, as vendas somaram, entre janeiro e abril deste ano, US\$ 1,2 bilhão, contra US\$ 1,1 bilhão no primeiro trimestre de 2007. Com isso, o preço médio da tonelada em 2008 está na casa dos US\$ 3,5 mil, valor 43% maior do que os US\$ 2,4 mil no ano passado.

Uma boa oportunidade para o setor leiteiro

Roberto Rodrigues

O setor leiteiro está vivendo um momento de grande mudança no mundo todo. O segmento industrial está se concentrando, e empresas cada vez mais poderosas estão sendo constituídas. Faz sentido porque um dos pontos-chave para a rentabilidade desta cadeia produtiva é escala: o lucro por unidade é insignificante, quando existe, de modo que só com volumes bastante altos se pode progredir.

Mas faz sentido também pelo horizonte futuro do consumo de leite e de seus derivados. Nos últimos 25 anos, o consumo brasileiro per capita/ano de leite subiu de 90 litros para quase 140. E no mundo a tendência é a mesma. Tal fato se deve basicamente ao aumento da renda dos consumidores de países emergentes, puxando o aumento da produção. Alguns estudiosos acreditam que 2008 seja o último ano de equilíbrio entre a oferta e a produção de leite no mundo, com um número em torno de 680 bilhões de litros. E que, por volta de 2014, mantidos os atuais padrões de tecnologia e produtividade, poderá haver um déficit global da ordem de 30 bilhões de litros.

É claro que isto não acontecerá, porque os produtores, animados com a perspectiva de melhor remuneração, investirão em tecnologias, melhoria de raças, alimentação e manejo, tirando mais leite por animal e por hectare de forma competitiva.

No entanto, há limites para este crescimento em algumas áreas produtivas. Nos Estados Unidos, maior produtor mundial (com 80 bilhões de litros anuais), o aumento da produtividade só ocorrerá com custos muito elevados, enquanto os enormes subsídios recebidos pelos seus produtores vêm sendo questionados pela sociedade e discutidos na rodada de Doha, da Organização Mundial de Comércio (OMC). O tema dos subsídios também ameaça os europeus, enquanto neozelandeses



(grandes exportadores) e australianos estão limitados pela terra disponível e por questões ambientais, inclusive disponibilidade de água.

O Brasil tem, neste cenário, uma grande oportunidade. E, de fato, vem crescendo a produção láctea no País. Nos últimos dez anos, saltou de 18,6 bilhões de litros para mais de 27 bilhões. Em 1997, importamos mais de dois bilhões de litros para atender à demanda interna, sem exportar um único litro. E, já em 2006, exportamos mais do que importamos, pela primeira vez, invertendo a balança comercial.

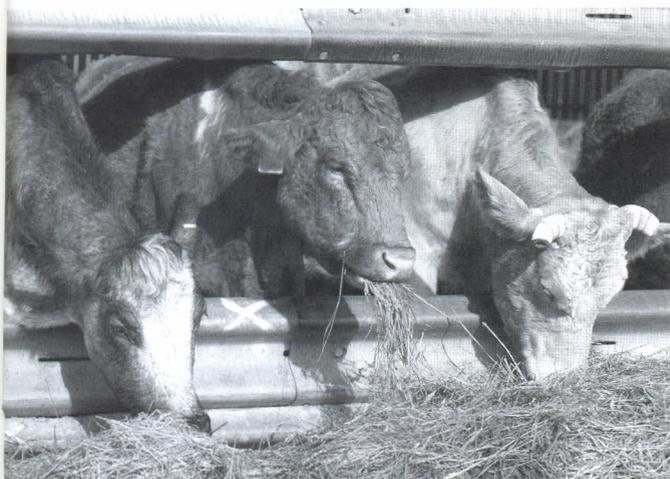
Atualmente, nossa produtividade ainda é muito baixa: só 1% das fazendas brasileiras consegue uma produtividade superior a dez litros por vaca por dia. Embora isto represente 29% de toda a produção nacional, estamos muito longe dos produtores da Nova Zelândia, Canadá, Dinamarca e Holanda, cujas médias superam 30 litros. E 94% das nossas fazendas, representando 32% da produção total do país, estão abaixo de 5 litros/vaca/dia. É muito pouco. Mas tem um lado positivo: podemos crescer em produtividade, usando novas tecnologias que estão disponíveis nos centros de pesquisa e universidades, melhorar a gestão das

fazendas, agregar valor à matéria-prima através das cooperativas e de indústrias modernas já existentes. Mas há outros temas para enfrentar. O primeiro é o da informalidade. Não é mais possível, no interesse da sanidade pública, manter um grau tão alto, da ordem de 34%. E isto leva à rastreabilidade do produto, como um grande desafio operacional. Quando o Brasil for um importante *player* mundial no setor – e será – a certificação vai ser exigência tão forte quanto à que a União Européia faz hoje com a carne. Na área de sustentabilidade há também um desafio formidável. Neste capítulo está o tema do meio ambiente, com atenção para o uso da água, especialmente no tratamento de efluentes e resíduos.

A questão sanitária é igualmente fundamental, com ênfase para a perfeita sanidade dos animais, que devem ser livres de doenças. Mas não é só aí que a sanidade é importante. O mercado não deve aceitar produtos de leite que tenham resíduos químicos ou contaminantes que representem riscos à saúde humana. Em resumo, a qualidade da matéria-prima é absolutamente essencial para a conquista de mercados externos e consolidação do interno.

Estamos no bom caminho, e não podemos perder esta boa oportunidade. Nossos produtores estão modernizando sua atividade com grande competência e visão do futuro. Isso garantirá ao Brasil avanços importantes no promissor mercado lácteo mundial.

Roberto Rodrigues, engenheiro agrônomo e ex-ministro da Agricultura, é coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal. Artigo originalmente publicado na *Gazeta Mercantil*, edição de 25/04/2008, pág. 3.



A pecuária intensiva ajuda EUA a ser o maior produtor carne.

Está bom, mas pode melhorar.

Estudo mostra os avanços da carne bovina brasileira no mercado externo

Durante o 16º Seminário do Agronegócio para Exportação (Agroex), realizado no dia 12 de maio, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em São Paulo, foi lançado o estudo “Agronegócio Brasileiro: Características, Desempenho, Produtos e Mercados”.

Elaborada pela Fiesp com o apoio do Ministério da Agricultura, a publicação traça um panorama de 17 cadeias produtivas do agronegócio. Uma das cadeias contempladas é a da carne bovina, sobre a qual o relatório chama a atenção para o fato de que as “informações devem ser analisadas cuidadosamente para evitar erros de interpretação”. O estudo observa que “possuir o maior rebanho não significa, propriamente, ser o maior produtor de carne” e que “ser o maior produtor de carne não resulta em maior criação de riqueza e valor, pois depende do acesso aos melhores mercados consumidores e da capacidade de agregação de valor ao produto”.

Para exemplificar, o relatório lembra que a Índia, apesar de possuir o maior rebanho do mundo (28,1% das cabeças existentes no planeta), com um bilhão de animais ao final de 2007, figura como o 6º produtor mundial de carne, com 2,5 milhões de toneladas (4,6% do total mundial), dadas as restrições ao consumo no país. O Brasil, possuidor do 2º maior rebanho (18,7%), fica na 2ª posição do ranking dos países pro-

dutores de carnes (17,4%). E os Estados Unidos, possuidor do 4º maior rebanho (pouco mais da metade do número de animais do Brasil), figura como o principal produtor de carne do planeta, com 12,0 milhões das 54,5 milhões de toneladas, produzidas em 2007, graças à sua alta produtividade, derivada do sistema intensivo de criação, com abate de animais jovens engordados em regime de confinamento.

Depois de apresentar vários números e dados sobre a pecuária de corte no Brasil, o estudo elaborado pela Fiesp conclui com dois pontos “dignos de nota” em relação ao mercado externo. O primeiro, que o País vem trabalhando na expansão de seus parceiros comerciais, visto que exportou para 129 destinos em 2007, contra apenas 68 em 1997. O segundo que, apesar de promover forte suprimento de importantes mercados, como os da União Européia e da Rússia, as exportações brasileiras ainda são muito incipientes, ou até inexistentes, para outros grandes importadores, como os EUA (carne *in natura*), Japão, México e Coreia do Sul, que representam mais de 47% do valor total das importações mundiais de carne bovina.

(A íntegra do estudo “Agronegócio Brasileiro: Características, Desempenho, Produtos e Mercados” pode ser obtida pela Internet, neste endereço: http://www.fiesp.com.br/lagencianoticias/2008/05/07/rev_agronegocio.pdf)

EUA e Rússia, os opostos.

Se a Rússia cada vez mais abre as portas para as carnes brasileiras, incluindo bovina, suína e de aves, a entrada do produto *in natura* nos Estados Unidos continua sendo uma barreira difícil de ser superada.

A Rússia é hoje o maior comprador individual da carne brasileira e já importa o equivalente a quase todo o volume comprado por 27 países da União Européia, o que totalizou, em 2007, 952 mil toneladas. Em volume, o país do leste europeu responde por 16,29% das exportações de carne brasileira.

E esses valores tendem a ser ampliados. Em abril, o governo russo autorizou que Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo voltem a exportar carne bovina *in natura* para o país, o que já ocorria com Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Tocantins, Rondônia e Santa Catarina.

Em relação aos Estados Unidos da América a tarefa exportadora é bem mais difícil e complexa. O Ministério da Agricultura vem se esforçando, é fato, mas as imposições restritivas dos EUA exigem tempo e paciência.

“No caso do Brasil, a aprovação para a importação de um produto do agronegócio começa e termina no Ministério da Agricultura. Já nos EUA, este processo, chamado “análise de risco”, composto por onze passos, é conduzido inicialmente pelo Departamento de Agricultura, seguido por análise de impacto econômico para o consumidor e o produtor, passando ainda por consulta pública e, finalmente, segue para a aprovação do congresso americano”, explica o diretor de Assuntos Sanitários e Fitossanitários da Secretaria de Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Luiz Carlos de Oliveira.

Boi gordo

Cotações nominais médias do boi gordo em SP e MS, a prazo, para descontar o funrural.

Período	SP – Barretos		MS – Campo Grande	
	R\$/@	US\$/@	R\$/@	US\$/@
Mai-07	56,00	28,28	53,00	26,76
Jun-07	57,90	29,97	54,00	27,95
Jul-07	62,19	33,04	59,00	31,34
Ago-07	65,02	33,09	60,22	30,64
Set-07	62,18	32,74	57,53	30,29
Out-07	64,30	35,71	59,61	33,11
Nov-07	72,95	41,19	67,85	38,31
Dez-07	74,69	41,80	67,83	37,96
Jan-08	74,59	42,03	68,82	38,78
Fev-08	75,00	43,41	68,44	39,62
Mar-08	76,58	44,82	70,65	41,35
Abr-08	77,67	45,99	73,14	43,32
Mai-08	81,12	48,04	77,14	45,68
Variações	44,86%	69,90%	45,55%	70,72%

Fonte: Scot Consultoria

Cotações nominais médias do bezerro anelado de 12 meses em SP e MS, à vista.

Período	SP		MSw	
	R\$/cab.	US\$/cab.	R\$/cab.	US\$/cab.
Mai-07	437,50	220,90	478,75	241,73
Jun-07	440,00	227,76	481,25	249,12
Jul-07	438,75	233,08	472,50	251,01
Ago-07	446,00	226,96	474,00	241,21
Set-07	460,00	242,23	485,00	255,39
Out-07	485,00	269,36	472,00	262,14
Nov-07	500,00	282,29	480,00	271,00
Dez-07	525,00	293,83	503,33	281,70
Jan-08	522,50	294,43	513,75	289,50
Fev-08	520,00	300,99	531,25	307,50
Mar-08	547,50	320,47	596,25	349,00
Abr-08	582,00	344,66	643,00	380,78
Mai-08	672,50	398,25	701,25	415,28
Variações	53,71%	80,29%	46,48%	71,80%

Fonte: Scot Consultoria

Cotações recentes do boi gordo e da vaca gorda, em R\$/@, a prazo, para descontar o funrural – 05/06/08.

Praças	Boi gordo		Vaca gorda	
	Rastreado	Não rastr.	Rastreado	Não rastr.
SP – Barretos	88,00	87,00	80,00	79,00
MG – Triângulo	83,00	81,00	74,00	73,00
MS – Campo Grande	85,50	84,50	77,00	76,00
GO – Goiânia	81,00	79,00	73,00	72,00
MT – Cuiabá	82,00	81,00	72,00	71,00
RS – Pelotas*	2,52	2,48	2,35	2,31
TO – Norte**	77,00	77,00	70,00	70,00
BA – Sul**	64,00	64,00	56,00	56,00
PA – Marabá	75,00	75,00	67,00	67,00

Fonte: Scot Consultoria * R\$/kg ** livre de funrural

Análise

O mercado do boi gordo está firme. Do início de 2008 até o fechamento desta edição (5/06/08) os preços do boi gordo subiram, em média, cerca de 20%, considerando todas as praças pesquisadas pela Scot Consultoria. Os preços em alta mesmo durante a safra são decorrentes de alguns fatores. O aumento do abate de matrizes, por causa da necessidade em se manter o caixa num ambiente de preços retraídos, provocou uma diminuição no volume de animais no mercado. Primeiro começou a faltar animais de reposição – desde meados de 2006 existe um movimento de alta nas cotações destes animais. Agora o mercado sente a diminuição dos animais para o abate e os preços estão subindo. Além disso, as exportações em ritmo acelerado dos últimos anos e os investimentos dos frigoríficos em novas unidades ou ampliações de plantas aumentaram a demanda pelo gado. A tendência é que o mercado siga firme no curto e no médio prazo, até que a oferta volte a se ajustar à demanda.

Leite

Preços médios nominais do leite, em R\$/litro, pagos aos produtores.

Período	GO	MG	RS	SP	PR	SC	Brasil**
Mai-07*	0,621	0,601	0,549	0,609	0,559	0,521	0,566
Abril-08*	0,765	0,774	0,676	0,775	0,721	0,659	0,720
Mai-08*	0,782	0,793	0,704	0,798	0,741	0,677	0,739

Fonte: Scot Consultoria * referente à produção do mês anterior ** média ponderada

Análise

De acordo com levantamento da Scot Consultoria, o preço do leite pago ao produtor reagiu pelo quarto mês consecutivo. Na média nacional, a reação foi de 2,64%. Em maio, o preço do leite brasileiro, calculado através da média ponderada entre os Estados, ficou em R\$0,739/l. O valor é cerca de 31% mais alto em relação ao mesmo período do ano passado, considerando valores nominais. No entanto, é cerca de 3,5% mais baixo comparado ao pico de 2007, quando o preço médio nacional alcançou R\$0,768/l - pagamento de setembro. A maior parte das empresas (52%) fala em estabilidade para o pagamento de junho. Ainda assim, cerca de 1/3 deles relatou a possibilidade de novos aumentos. Destaque para 13% das empresas consultadas que apontaram retração. Em abril ninguém falava em queda nos preços. A estabilidade e o recuo nos preços são justificados pela queda nas vendas dos lácteos no atacado, com a conseqüente formação de estoque.

acesse: www.scotconsultoria.com.br

Notícias diárias - Cotações - Artigos e Análises - Consultoria - Loja Virtual



17 3343 5111
www.scotconsultoria.com.br

